

## **Nota da Secretaria de Segurança, na íntegra**

O Governo do Estado do Piauí esclarece que a aquisição de armamentos fabricados por empresa israelense não possui qualquer relação com o atual conflito no Oriente Médio, iniciado em outubro de 2023.

A decisão pela compra foi tomada com base exclusivamente em critérios técnicos, dentro do Plano de Ação 2022 do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP/PI), com recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A iniciativa está inserida no eixo de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública, tendo como uma das metas o Fortalecimento da Polícia Militar, por meio da aquisição de armamentos de alta performance e confiabilidade.

Todo o processo foi realizado com total transparência e aprovação do Ministério da Justiça, que autorizou o plano de aplicação em 14 de dezembro de 2022, por meio da Nota Técnica 376/2022/AFF/DPSP/SENAS/MJ. O processo de aquisição teve início em 14 de março de 2023, e a decisão pela marca e modelo (ARAD IWI) foi tomada em 16 de março de 2023, meses antes do início do conflito em Gaza, ocorrido somente em 07 de outubro de 2023.

O contrato foi assinado em 05 de julho de 2023, publicado oficialmente em 06 de julho, e os equipamentos foram faturados em 13 de julho de 2023, seguindo todos os trâmites legais e administrativos.

O recebimento do armamento no Piauí ocorreu somente em 2025 devido aos trâmites obrigatórios de importação, que seguem normas internacionais e nacionais rigorosas. Entre as etapas necessárias após o faturamento, estão a autorização do país exportador (Israel) para envio do material; fechamento de contrato de câmbio para a transferência internacional dos recursos; autorização de importação no Brasil, por meio do Exército Brasileiro e da Receita Federal; desembaraço aduaneiro no ponto de entrada no território nacional; conferência do material pelo Exército Brasileiro, garantindo a conformidade técnica e de segurança antes da liberação definitiva.

O Governo do Estado reitera que todas as etapas foram realizadas dentro dos prazos legais e conforme os regulamentos vigentes. O processo foi iniciado muito antes do conflito deflagrado em Gaza. Reforça ainda o seu compromisso com a legalidade, a eficiência e a modernização das forças de segurança do Piauí.